

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DOS JESUÍTAS AO MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA

CEZAR AMARIO HONORATO DE SOUZA

Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Professor de Matemática Estadual do Ceará, Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE

LIA MACHADO FIUZA FIALHO

Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Pós-doutoranda em Educação – UFPB, Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Especialista em Inclusão da Criança Especial no Sistema Regular de Ensino – UFC, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica – FLATED, Especialista em Psicologia da Educação – FLATED, Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Pesquisadora do “Núcleo de História e Memória da Educação” – NHIME/UFC

Introdução

A educação brasileira desenvolveu-se, inicialmente, pela pedagogia católica, sendo exercida, principalmente, pelas ordens jesuítas. Estas foram determinantes no domínio da educação da colônia portuguesa durante um longo período. Posteriormente, a educação brasileira começou a ser responsabilidade do estado, ou pelo menos, a regulamentação e a orientação dos fins da nossa educação passou a ser definida por este.

Deste modo, a partir do século XIX, o tema da educação começou a ter mais destaque nos debates institucionais do país. Entretanto, do ponto de vista de uma educação democrática, na perspectiva das camadas mais pobres terem acesso à educação pública e gratuita, foi somente a partir do século XX que esta possibilidade foi possível. Este debate foi mais contundente depois que o Brasil se tornou República, com destaque para a década de 20, em que várias reformas educacionais foram realizadas em diversos estados do Brasil.

Todavia, foi a partir dos anos 30, com a nova configuração política do país, que o tema da educação pública foi destaque tanto no seio do Estado como da sociedade civil. Neste período, os meios acadêmicos e a intelectualidade, com setores importantes da socie-

dade civil, começaram a se posicionar mais organicamente acerca dos fins da educação. Neste sentido, foi lançado, em 1932, o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, fato marcante da história da educação brasileira que ainda repercute na atualidade.

O objetivo deste artigo, no entanto, é estudar a história da educação brasileira, desde as suas origens até a década de 30 do Século XX, em que se inicia um novo marco do debate educacional brasileiro. Entretanto, temos que levar em consideração que a educação está inserida num contexto sócio histórico determinado pelo modo de produção da riqueza de cada época. Assim afirma Marx (2008, p.45):

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (idem, *ibidem*).

Assim, Marx conclui que: “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (idem). Desta forma, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (idem).

A conclusão que Marx faz das premissas levantadas acima são muito reveladoras para o estudo do complexo educacional, uma vez que aponta para as implicações da estrutura econômica nos aspectos jurídicos, políticos e culturais, incluindo, deste modo, a educação.

Neste sentido, a educação não determina a forma como a sociedade se organiza e nem está imune aos aspectos sociais, pelo contrário, a estrutura econômica de cada sociedade em cada mo-

mento histórico é que determina que tipo de educação seja necessária. Desta forma, faz-se um recorte da história da educação brasileira, levando em consideração os aspectos já levantados, numa perspectiva de se evitar o idealismo de que a educação resolverá todos os problemas da sociedade.

Educação Jesuíta e Ideias Laicas da Educação até 1930

A educação brasileira foi estruturada nos seus primórdios pelas ordens religiosas da Igreja Católica, em especial, a ordem jesuítica que havia constituído uma ampla rede escolar através das suas missões. Os jesuítas, desta forma, exerceram o monopólio da educação até 1759, quando foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal e suas missões foram sistematicamente destruídas (com destaque para a destruição da Missão de Sete Povos).

O confronto entre Pombal e a Igreja Católica, que motivara a expulsão dos jesuítas, deu-se pelas novas concepções políticas que este introduzira no Estado Português e, conseqüentemente, em suas colônias. Pombal fora influenciado pelas ideias Iluministas, tendo reformado o Estado Português segundo estes princípios, realizando várias reformas educacionais dentro da perspectiva iluminista que defendia a laicização do ensino e que este deveria ser administrado pelo Estado.

Saviani (2010, p.114), fazendo um estudo aprofundado das reformas pombalinas na educação chega à conclusão de que: “pelas características indicadas, vê-se que as reformas pombalinas se contrapõem ao predomínio das ideias religiosas e, com base nas ideias laicas inspiradas no Iluminismo, instituem o privilégio do Estado em matéria de instrução”.

A partir do período da administração pombalina começam a serem construídas as primeiras instituições laicas de ensino no Brasil. As ordens católicas continuaram tendo influência na educação, porém, sem o monopólio da mesma. Fato relevante a ser des-

tacado nesse período é a vinda da família Real para o Brasil, em 1808, quando se introduziram várias mudanças em todos os setores da vida social da colônia, inclusive na educação, com a fundação de Institutos de Pesquisa e Universidades Públicas (com destaque para a faculdade de medicina no Rio de Janeiro).

Porém, do ponto de vista da construção de um sistema nacional de educação pública, não houve muitos avanços. Algumas tentativas de se colocar a instrução pública no âmbito das reformas do estado foram ensaiadas, embora, na maioria das vezes, se restringisse a mero debate político sem nenhuma consequência prática ou, por vezes, havendo retrocessos.

Neste sentido, a Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, limitou-se a afirmar que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (idem, p.123). E no Ato Adicional à Constituição do Império, em 1834, o governo central desobrigou-se da responsabilidade da educação, transferindo a mesma para os governos das províncias.

Há que se perguntar: por que, mesmo assumindo teórica e institucionalmente a responsabilidade pela educação nacional, o Estado brasileiro, durante os séculos XVIII e XIX (que compreende o período final à colonização portuguesa e o período imperial) não se ocupou da estruturação das instituições de ensino público, bem como não se preocupou com a formação de um plano nacional de educação?

A explicação para esta questão está na própria fisiologia econômica e social do país durante este período. Nesta época, a economia nacional fundamentava-se na agro-exportação de matérias-primas e gêneros agrícolas, a partir da mão-de-obra escrava. Desta forma, a dinâmica econômica do país encontrava-se no campo, e a maior parte do trabalho não exigia, da classe trabalhadora, grandes conhecimentos técnico-científicos.

A situação, porém, modifica-se entre o final do século XIX e nos primeiros trinta anos do século XX. Essas transformações na

estrutura econômica e social do país trazem novas necessidades no âmbito da educação, motivando os debates educacionais que serão pautados pela Escola Nova, que Saviani (2012, p. 76) denominou de “concepção humanista moderna de filosofia da educação”.

Veremos a seguir quais foram essas modificações, como estas influenciaram no debate sobre as concepções educacionais e, conseqüentemente, na legislação educacional do país na primeira metade do século XX.

As Transformações Políticas e Econômicas no Brasil e o Surgimento da Educação Nova

A mudança que a política educacional passou no início do século XX está em sintonia com as mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil no mesmo período.

A economia brasileira sofreu uma considerável transformação nos finais do Século XIX, tanto geograficamente como em sua base econômica. Neste período, há um processo de transição na organização social do trabalho do país ocorrendo o deslocamento da tradicional economia agro-exportadora para a economia industrial.

A estruturação econômica do Brasil tem início com a agricultura açucareira localizada no nordeste brasileiro. Mesmo com altos e baixos, este foi o principal item das exportações brasileiras entre os séculos XVII e XVIII. Já em fins do século XIX a centralidade da economia passou para a agricultura cafeeira localizada no centro-sul do país.

As bases da agricultura cafeeira estabeleceram-se primeiramente no Rio de Janeiro, para logo em seguida fixar-se no oeste paulista. Por sua vez, esta região, transformou-se no principal centro econômico do país, e, conseqüentemente, em um polo irradiador de várias mudanças no âmbito da política brasileira.

Segundo vários historiadores, a nova classe política surgida com o café foi decisiva para o fim da Monarquia e início da primei-

ra república. Dois fatos de suma importância corroboram com esta afirmação. Primeiro, a fundação, em 1870, do Partido Republicano em Ipu, interior de São Paulo. Segundo, a eleição para presidente da República, em 1894, do paulista Prudente de Moraes. Desta forma, inicia-se um novo marco na história política do país que será hegemônica por duas grandes forças políticas e econômicas: os cafeicultores paulistas e os criadores de gado mineiro, dominando a esfera política do país até 1930.

Com a implementação das fazendas de café, várias obras estruturais, ainda na Monarquia, foram implementadas, principalmente as estradas de ferro, para escoamento da produção do café. As ferrovias, por sua vez, serviram não só para o escoamento da produção a custos mais baixos do café, mas também criaram a “base de um processo de urbanização e industrialização” (SAVIANI, 2012, p. 188).

Todas essas transformações socioeconômicas convergiram para o processo de industrialização do país. Com as exportações do café para o exterior, a nova elite paulista obteve altos lucros, acumulando grandes quantidades de capital/dinheiro. É dentro deste contexto que o país, de uma economia de base agrícola, transformou-se rapidamente em um país industrializado.

A atividade industrial se efetivou de fato durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1915 e 1919. A quantidade de empresas criadas nesse período chega a 5.940, enquanto de 1890 a 1915, 25 anos, foram criadas 6.946. Percebe-se, portanto, que a quantidade de empresas criadas em 4 anos foi quase a mesma quantidade em 25 anos.

Com o crescimento industrial, a quantidade de trabalhadores fabris aumentou proporcionalmente. Em 1920 a quantidade de trabalhadores fabris era de 500 mil, chegando em 1930 a 800 mil (idem, p. 189). Com o aumento das empresas e dos trabalhadores fabris, registra-se uma significativa concentração de pessoas em algumas cidades, pois “no Distrito Federal a população passa de 522.651 em 1890 para 1.157.000 em 1920; São Paulo no mesmo pe-

ríodo, pula de 64.934 para 579.033; e em Salvador, de 174.412 para 283.432” (BASBAUM, 1968, p. 140-141 apud SAVIANI, 2010, p.189).

Essa nova realidade histórica traz para o Estado brasileiro, novas necessidades para o desenvolvimento da industrialização, em especial, na formação técnica da classe operária industrial que, advinda do campo e da imigração europeia, ainda não possuía de forma satisfatória os conhecimentos necessários para o trabalho na indústria. Por outro lado, o desenvolvimento industrial exige uma constante renovação tecnológica, havendo, portanto, a necessidade de atualizar os conhecimentos da classe operária no que tange ao domínio destas novas tecnologias.

A educação, por conseguinte, passa a ser um elemento fundamental da própria produção industrial, uma necessidade inerente à própria classe operária industrial. Essa necessidade trouxe para o Estado brasileiro grandes pressões da sociedade civil, seja por parte dos setores burgueses, seja pelas exigências do nascente movimento operário, no sentido da formação de uma rede nacional de ensino público.

É dentro desse contexto das mudanças acima referidas que os defensores da educação nova, surgidos na década de 1920, defenderam mudanças na política educacional do país. Pois, nas palavras de Saviani sobre os escritos de Fernando de Azevedo, afirma que:

Para isso, começa-se considerando que nem mesmo os problemas econômicos são mais importantes. Isto porque “é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do crescimento de riqueza de uma sociedade”. Apresentada essa justificativa conceitual, busca-se acrescentar uma justificativa histórica mostrando que, ao longo dos 43 anos do regime republicano no Brasil, sempre estiveram dissociadas as reformas econômicas e as educacionais. Com isso não se conseguiu instituir um sistema escolar “à altura das necessidades modernas e das

necessidades do país (MANIFESTO, 1984, p. 407 apud SAVIANI, 2010, p. 242).

Conclui-se, portanto, que as novas ideias educacionais não estavam dissociadas das transformações que vinham ocorrendo no Brasil. Como se verifica na passagem descrita, existia uma preocupação que a educação acompanhasse as “reformas econômicas”. A economia brasileira se industrializava rapidamente e, conseqüentemente, a educação é delegada ao papel de preparar o novo trabalhador; pois, com o processo industrial aumentando necessitava de uma mão de obra minimamente capacitada.

O movimento escolanovista, desta forma, vem dentro desse novo contexto histórico. Todavia, além de situar este movimento historicamente, é preciso conhecer quais as formulações teóricas deste, no sentido de identificarmos quais os setores sociais aos quais ele está relacionado.

O movimento Escola nova ou escolanovista teve seu ato fundante em 1932 com o lançamento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Porém, foi na década de 1920, o momento de gestação das ideias escolanovistas no Brasil, segundo Saviani (2012, p.76): “A década de 1920 é muito fértil nessa influência do escolanovista. Nós sabemos que, em 1924, é fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que reunia os principais representantes das novas ideias em educação”.

Destaca-se na ABE a “presença majoritária de engenheiros no quadro associativo da entidade, o que também explica a introdução, no interior da ABE, da problemática relativa ao taylorismo e fordismo” (SAVIANI, 2010, p. 229). É, também, característica da década 1920, as várias reformas estaduais ocorridas em quase todos os estados do país. Dentre as reformas, a mais importante, ou aquela que mais influenciou as demais, destaca-se a reforma realizada no Estado de São Paulo por Sampaio Dória em que a mesma:

[...] abriu o ciclo de reformas estaduais que marcou a década de 1920. Esse processo alterou a instrução pública em

variados aspectos como a ampliação da rede de escolas; o aparelhamento técnico-administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e, mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista (SAVIANI, 2010, p.174-176).

Entre os vinte e dois signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, destacam-se, os nomes de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Essa tríade é considerada como os maiores defensores e divulgadores das ideias da Escola Nova no Brasil. Os mesmos já despontam na década de 1920 assumindo cargos em várias esferas de governo, realizando reformas educacionais que já sinalizavam para as novas ideias que viriam defender posteriormente.

Lourenço Filho, entre 1922 e 1923, dirigiu a reforma da instrução pública do estado do Ceará e, entre 1931 e 1932, do estado de São Paulo. Fernando de Azevedo assumiu, em 1927, o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, realizando a reforma da instrução pública considerada a primeira nos moldes das ideias da Escola Nova e lhe coube a tarefa de ser o redator do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932. Já Anísio Teixeira assumiu, em 1924, o posto de diretor da Instrução Pública do Estado da Bahia e em 1931 assumiu o cargo de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal.

Cada um da tríade contribuiu com uma área específica – psicológica, sociológica e filosófica – da Escola Nova. Lourenço Filho formou-se em direito, mas não exerceu a profissão e passou a dedicar-se ao magistério, ao passo que construiu as bases da psicologia e, de certo modo, da biologia ligada a educação brasileira. Fernando de Azevedo, também formado em Direito, colaborou com as bases sociológicas da educação escolanovista. E por fim, Anísio Teixeira, assim como os outros dois, formou-se em Direito, não exercendo a profissão, optou pelo magistério e foi o construtor das bases filosóficas e políticas do novo movimento educacional.

Quanto à influência da psicologia na educação, Saviani comentando sobre o *Manifesto dos Pioneiros da Educação* redigido por Fernando de Azevedo, afirma que:

[...] o documento explicita as “bases psicopedagógicas da educação”, considerando o conceito e os fundamentos da Educação Nova que reconfiguram o processo educativo. Com base no desenvolvimento científico que veio libertar a educação do empirismo, a nova doutrina já não concebe o educando como sendo modelado do exterior, como fazia a escola tradicional. Entende ao contrário, que a educação é uma atividade complexa que se dá de “dentro para fora”, transferindo “para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação (MANIFESTO, 1984, p. 416 apud SAVIANI, 2010, p.247).

Percebe-se que os defensores da educação nova divergiam frontalmente da pedagogia tradicional no que se refere ao processo ou os métodos de ensino. Pois, os escolanovistas defendiam que o aprendizado se dá “de dentro para fora”, já a pedagogia tradicional defendia o contrário, ou seja, o aprendizado é mediado ou condicionado pelo meio, sobre orientação do professor.

No tocante aos métodos de ensino da Escola Nova, verifica-se que as “bases psicopedagógicas” que serviram de fundamentação dos novos métodos mantêm uma identificação teórica com as obras de Piaget, identificadas com o construtivismo e o lema pedagógico do “aprender a aprender”. Piaget, inclusive, reconheceu ainda em vida a importância da sua obra na educação. Assim afirma Saviani:

Efetivamente, o próprio Piaget em vários de seus trabalhos (PIAGET, 1970, 1984, 1998) se reporta ao escolanovismo e chega, inclusive, a considerar que os princípios dos métodos novos podem ser encontrados nos grandes clássicos da pedagogia desde a Antiguidade, porém de modo intuitivo. O que vai distinguir a postulação desses métodos em relação às formulações anteriores é a busca de base científica, a

qual só será encontrada com a formulação da psicologia da infância (PIAGET, 1970, p.145). E a psicologia genética elaborada por Piaget em suas investigações epistemológicas emergirá como o ponto mais avançado da fundamentação científica da Escola Nova no que se refere às bases psico-pedagógicas do processo de aprendizagem (SAVIANI, 2010, p.434).

Esse arcabouço teórico da Escola Nova, consubstanciado na psicologia genética de Piaget, aparece nos documentos institucionais e nos debates atuais metamorfoseado de construtivismo ou sob o *slogan* do lema “aprender a aprender”.

Outro aspecto importante do “*Manifesto*” é a defesa da escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Por laicidade, entende-se que a escola não deveria fundamentar-se pelos parâmetros religiosos de qualquer tipo de credo. Os católicos, por sua vez, reagiram ferrosamente contra as propostas, combatendo principalmente a laicização do ensino.

De imediato retiraram-se da ABE e fundaram, em 1932, a Associação dos Educadores Católicos, em contraposição direta à ABE. É dentro desse contexto que a educação brasileira será pautada até finais da década 1940, (duas décadas depois do lançamento do manifesto) pelo embate entre católicos e escolanovistas.

Para Saviani (idem, p.195) o período que vai de 1932 até 1947 é marcado por um “equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova”. Uma vez que tanto os defensores da pedagogia nova quanto os católicos se articulam dentro e fora do governo e de uma maneira ou de outra continuaram expondo as suas ideias.

Últimas Palavras...

Analisando o período da história da educação brasileira, que vai desde o descobrimento do Brasil até a década de 30, portanto, aproximadamente, quatro séculos, chegamos a duas conclusões.

Primeiro, durante esses anos o estado brasileiro foi omissivo quanto à perspectiva de se estruturar um sistema educacional capaz de atender a todas as classes sociais, a educação foi pensada numa perspectiva de privilegiar a elite dominante. Segundo, as principais mudanças na organização da educação foram realizadas a partir da sociedade civil, isto é, foram contingências externas ao estado, como foi o caso do debate educacional iniciado no início do Século XX, culminando com o movimento escolanovista, que, por sua vez, influenciou o estado nas políticas públicas educacionais da época.

Referências Bibliográficas

- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- _____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

XII ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO *Eche*
II ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO *Entime*

Grupo de Trabalho 3
PRÁTICAS CULTURAIS EDUCATIVAS

COMUNICAÇÕES



